



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

A EXPROPRIAÇÃO COMO NEXO DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO: ALIENAÇÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E A SUBJETIVAÇÃO DO ETHOS BURGUESES

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO¹

RESUMO

Partindo das determinações ontológicas da unidade exploração-opressão, analisamos a complexidade alienada dos processos de desumanização da sociabilidade capitalista e da concretização do antagonismo de classes forjado pelos processos de estruturação do racismo e do heterocispatriarcado. Nessa direção, enfatizamos que a análise do processo histórico de expropriação só se realiza em sua completude quando se observa que, além da retirada dos meios de produção, a reprodução social ampliada antagoniza as classes sociais fundamentais enquanto subjetiva formas de alienação que hipertrofiam o ethos do “tipo humano burguês”.

Palavras-chave: exploração-opressão; expropriação; alienação; ethos burguês

RESUMEN

A partir de las determinaciones ontológicas de la unidad explotación-opresión, analizamos la complejidad alienada de los procesos de deshumanización de la sociabilidad capitalista y la concretización del antagonismo de clases forjado por los procesos estructurantes del racismo y el heterocispatriarcado. En este sentido, destacamos que el análisis del proceso histórico de expropiación sólo se realiza en su totalidad cuando se observa que, además del retiro de los medios de producción, la reproducción social ampliada antagoniza a clases sociales fundamentales mientras que las formas subjetivas de alienación que hipertrofia el ethos del “tipo humano burgués”.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

Palabras clave: explotación-opresión; expropiación; alienación; espíritu burgués

I. Introdução

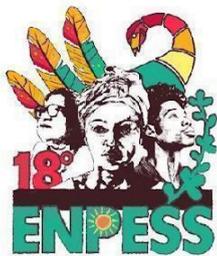
Superar o mito de unicausalidade e evidenciar a complexidade da dinamicidade da unidade exploração-opressão para o debate classista é um desafio que vem sendo enfrentado por pesquisadoras/es e militantes diante de uma hegemonia histórica que vulgarizou o significado de ortodoxia dentro e fora da tradição marxista. Apesar da resistência sobre o tema, a persistência teórica permaneceu presente na busca pela emancipação humana e, assim, na tentativa rigorosa de desvendar as expressões da materialidade da vida social.

Assim, o debate sobre método, a questão da ontologia do ser social, formação da consciência, alienação e propriedade privada e, por fim, as dimensões sobre a diversidade e a desigualdade são elementos fundamentais para o desvendamento das opressões e uma trajetória a ser realidade para o fortalecimento dos diversos estudos em curso.

Partindo da síntese realizada na pesquisa “Entre os rios que tudo arrastam e as margens que oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão” (Pinheiro, 2022), observamos que o desenvolvimento histórico do capitalismo e de sua base racista e heterocispatrilial, demonstra que mais que uma funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com exploração como um elemento constitutivo de sua substância alienada.

Aprofundando as mediações da gênese e do desenvolvimento da unidade dialética entre alienação do trabalho (Marx, 2013; Lukács, 2018), alienação colonial (Fanon, 2008) e alienação sexual (Lukács, 2018) complexificamos a leitura da totalidade histórica do capitalismo. Ao desnaturalizarmos as desigualdades sociais históricas, observando as especificidades e o ineditismo do modo de produção centrado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho livre constatamos a complexidade da reprodução ampliada desta sociabilidade que promove um conjunto de determinações desumanizadas que não se limitam ao mundo do trabalho.

Desvendar como o caráter originário e contínuo, permanente e complexificado dos processos de expropriação constitui um nexo interno da unidade exploração-opressão é uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

determinação fundamental para entender como a objetivação da exploração da força de trabalho livre também subjetiva um ethos alienado que atravessa todas as relações sociais. A expropriação das condições de vida e trabalho perpassaram e permanecem se aprofundando não somente nas dimensões mais evidentes dos meios de produção, da terra e dos territórios, mas também subsumindo saberes, identidades, formas de vida e a história dos sujeitos individuais e coletivos distantes do “tipo humano burguês”.

II. Pressupostos para uma ontologia da unidade exploração-opressão

Diante do histórico rebaixamento promovido pelo chamado “marxismo oficial”, na maior parte do século XX, prevaleceu a tendência de invisibilizar debates sobre opressões com esse prisma. Por dentro e por fora desse arcabouço teórico o revisionismo hegemônizou a compreensão de suposta incompatibilidade entre o debate de classes sociais e um desenvolvimento de reflexões que enfatizassem processos de desigualdades de gênero/sexo, raça/etnia, além de outras questões correlatas como do campo da sexualidade, da afetividade até o debate geracional, de territorialidade, de opressão animal, entre outros.

Na contracorrente desse processo, uma série de reflexões teóricas foram desenvolvidas ao longo do tempo e, com diferenças importantes e divergências consideráveis, constituem um bojo comum para uma perspectiva de totalidade desses fenômenos. Lançar mão das sínteses promovidas sobre a questão da mulher e da família em Alexandra Kollontai (2000) assim como das contribuições do feminismo de Hirata (2014), de Cisne (2014), de Santos (2017) e Santos & Cisne (2018), nos colocam num patamar mais maduro no processo de concretude dos debates sobre gênero, relações sociais de sexo e de sexualidade.

Reflexões como do feminismo de Federici (2017), de Arruzza (2015), Bhattacharya (2017) alcançam outros pontos importantes, primeiro, na ênfase sobre os processos de expropriação das mulheres, depois, sobre a complexidade da reprodução social. Tais evidências, quando articuladas com produções do anticolonialismo de Franz Fanon (2008; 2010) e a tessitura classe, raça e gênero de Ângela Davis (2016), explicitam determinações rigorosas nas dimensões da real dinamicidade entre exploração e as opressões

Nesse sentido, trabalhamos com as obras de Marx (2013), Engels (2006) e Lukács (2018), para esmiuçar a complexidade da alienação, buscando as mediações históricas dos processos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

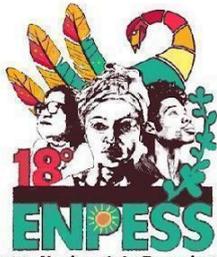
de desumanização, coisificação e fetichização do ser humano, da sua produção social, dos seus valores e de suas relações que forja uma construção de objetivação da exploração enquanto subjetiva um “tipo humano” da sociedade burguesa como sujeito universal alienado, como nos provoca Konder (2000).

A partir da evidência do ser social como um ser da práxis e da desnaturalização essencial de todas as desigualdades sociais, demonstramos que a diversidade é uma potencialidade ontológica do ser social e a desigualdade social uma condição ontológica da alienação. Esta, realizada na sociabilidade capitalista com determinações qualitativamente distintas dos processos anteriores de desumanização, afinal, o caráter produtivo do modo de vida em curso constitui uma possibilidade da abundância em termos produtivos, enquanto sua centralidade no valor realiza a desigualdade material e a desefetivação do ser.

Da gênese até a atual conjuntura do capital, a capitalização das formas de exploração e absorção de qualquer modo de ampliação das taxas de lucro permanecem sendo uma condição ontológica da lei geral de acumulação capitalista. A observação da capitalidade da alienação na unidade produção e reprodução social nos ilumina para o entendimento da estrutura violenta que baseia a civilização burguesa.

Destacando a vitalidade e universalização contínua dos processos violentos descritos na “Assim chamada acumulação primitiva” em *O Capital* de Marx (2013), constatamos os processos de permanência da expropriação como parte contínua da dominação capitalista que potencializa a exploração da força de trabalho. Tal fenômeno aprofunda a dinâmica das opressões e seus rebatimentos no interior da classe explorada, ampliando estranhamentos entre os sujeitos, complexificando a massa populacional de reserva no mundo do trabalho, que se revela como uma mercadoria com distintos valores de troca, estes, determinados pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução onde, a depender dos seus corpos, identidades, territórios e relações, a unidade exploração-opressão aumenta ou diminui sua carga valorativa, sua precificação salarial, a possibilidade de sobrevivência ou a autorização ideológica para sua descartabilidade e extermínio pelos complexos sociais imbuídos da reprodução da lógica do capital.

O ser humano que não se reconhece no que faz, em como vive e no que produz, que não se reconhece naqueles que comungam da mesma condição e que não tem como se reconhecer



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em quem o explora repulsa as manifestações imediatas da alienação sob formas alienadas como o fatalismo histórico, o individualismo, a discriminação e o preconceito.

Se na atual sociabilidade o processo de alienação distancia os seres humanos de reconhecimento na condição do outro, isso se dá pela ampliação de uma formação estrutural que coisifica relações, corpos e subjetividade. Se tudo isso é potencializado por projetos políticos conjunturais explicitamente violentos, tais condições são historicamente construídas. Essa é a lógica que nos joga no limbo pendular entre o individualismo burguês e o combate fragmentado (e ineficaz) do ser hegemônico universal desse tempo histórico.

Nessa esteira, universalização, hegemonização e complexificação dessa lógica privada assume nossas relações objetivas e nossa formação subjetividade, objetificando tudo, inclusive nossos pares, assumindo um caráter alienado (desumanizado, coisificado) e expressando valores que materializam no campo das relações interpessoais a transmutação da nossa capacidade de sermos diversos em desiguais.

III. Alienação , a objetivação e a subjetivação do ethos burguês

Da argumentação ontológica pelo materialismo histórico e dialético, passando pelas particularidades históricas, observamos que o atravessamento das questões da reprodução social não conduz ao mero espelhamento da produção material (Lukács, 2018). A atuação unitária e essencialmente alienada não se expressa por um artifício superior ou exterior ao processo produtivo que supostamente violaria a objetividade do valor-trabalho. Ao contrário, demonstramos que o caráter alienado, portanto, violento e desumanizador, é parte constitutiva do processo de produção e reprodução da força de trabalho e de suas desigualdades que incidem diretamente na capacidade de ampliação da exploração de diferentes sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

O ser individual que conhecemos hoje – o tipo humano burguês – como discorreu Konder (2000) é um ser complexo, com sensações, sentimentos e valores que, embora pareçam resguardar identidade com o ser humano gênero é, sobretudo, uma forma particular de existência, marcada pela construção histórica e pelas condições materiais produtivas e reprodutivas hegemônicas e suas contradições. A particularidade histórica do ser social vivente alienado na estrutura social que ele mesmo desenvolveu, o capitalismo, o conduz a expressões de inanição



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não somente físicas, mas também socialmente existente no tipo humano burguês como um ser eticamente irresolvido.

A individuação do ser e sua formação de consciência de personalidades ocorre em solo de maiores possibilidades sociais, quando há alto desenvolvimento das forças produtivas, mundialização das relações de produção e construção de contradições ideo-políticas autocentradas nos indivíduos. Konder coloca que a formação do indivíduo histórico do mundo burguês constitui níveis de sofisticação de costumes num estágio diferenciado

O *ethos* como a materialização valorativa do modo de ser hegemônico, conduzindo princípios, normas, percepções, desenvolvendo identidades e não identidades, promove as mediações objetivas e subjetivas entra as dimensões universais do modo de vida burguês e da existência individual de todos os sujeitos inseridos em sua sociabilidade, independente de qual classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração ou território de origem.

Se há uma universalização de um *ethos* particular, forjado historicamente pela expropriação, exploração e opressão, cada sujeito vai vivenciar condições e relações radicalmente distintas com tal conjunto constitutivo do cotidiano da reprodução social alienada. Por isso, o tipo humano burguês transcende o indivíduo da classe burguesa e se realiza na individuação dos sujeitos da sociabilidade do capital numa universalização naturalizadora dos seus valores:

[...] Expliquemo-nos: uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o "tipo humano" que a burguesia, no exercício da sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade.

Não se trata de uma "modelagem" do burguês feita pela burguesia (fenômeno que de fato existe, mas permanece restrito ao espaço da classe): trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa, quer dizer, pelas características do "sistema" social estruturado sob a hegemonia da burguesia.

O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como "tipo humano" apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. (KONDER, 2000, p.15)

Não há qualquer condição natural, sobrenatural ou meritocrática que faça o homem, o branco, o cis, o heterossexual, o europeu realizarem uma formação social de hierarquização, dominação e construção ideológica modeladora do tipo humano universal de um tempo histórico. Nenhuma dessas identidades possibilitam (ou possibilitaram) por si as condições de dominação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do planeta, de hegemonização de valores e de normalização, normatização e compulsoriedade de sua forma de ser. São as construções materiais ao longo da história que vão edificando as possibilidades de fundamentação e reprodução social e é, de forma inexorável, o ser burguês que impõe a lógica universalizante que consubstancia todas essas outras condições, posto que é aquilo que o constitui que empreende a capacidade e necessidade de dominação.

Se a construção histórica pré-capitalista forjada no heterocispatriarcado impulsiona a materialidade histórica da formação da burguesia na Europa e se a formação da ideologia racista é condição central para o processo de dominação colonial, é com o alto desenvolvimento das forças produtivas da sociabilidade é o piso onde se acimenta a estrutura de dominação, violência, expropriação, hierarquização e desumanização dos outros sujeitos distantes de sua lógica. É sobre essa base onde desfila o Estado moderno, a emancipação política, a subjetividade jurídica, a individualidade abstrata como um conjunto que permeia os limites civilizatórios da diversidade humana nos marcos do capital, encobrendo a dimensão ontológica de superarmos efetivamente as formas de exploração-opressão.

Esse ethos alimenta a naturalização ontologicamente constitutiva da vida cotidiana, num processo de internalização subjetiva da lógica da unidade exploração-opressão que é constituída pelos processos de dominação, coisificação, apropriação, hierarquização que são as características da complexidade alienada que desumaniza todos os espaços da vida social.

O ethos burguês desumaniza os valores dos sujeitos explorados e oprimidos. Essa desumanização espiritual ocorre em consonância com sua desumanização material e a sua retroalimentação estrutura a forma como os indivíduos podem existir no mundo das mercadorias. Indica principalmente como a classe trabalhadora de cada particularidade vai viver, sobreviver e enfrentar as contradições capital-trabalho. A diversidade de meios, formas e intensidades de realização da alienação atravessa a mundialização do capital capilarizando desigualdades e pressionando a vida dos sujeitos oprimidos.

O processo de escravização como marco constitutivo da construção do capitalismo realizou uma dominação que não buscou apenas o trabalho forçado, mas a construção de uma ideia de desumanização que apartava os sujeitos de sua história, de sua cultura e de sua religiosidade. O desenvolvimento alienado de um ser humano universal com determinada cor de pele, origem territorial, crença religiosa apontava diretamente para o sujeito não-humano na conformação identitária oposta aquela formulação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A materialização da subalternização na dimensão produtiva não está apartada do rebaixamento da cultura dos sujeitos subalternizados. Cada particularidade dos grupos sociais mergulhados nesse processo tem um grau distinto de profundidade em sua construção social de marginalização de suas identidades em um nível de relativa proximidade com sua relevância produtiva na construção colonial.

Quando culturas são criminalizadas, quando prisões, manicômios e ruas são ocupadas por determinados corpos e identidades, quando os postos de trabalho mais degradantes são direcionados para determinados sujeitos e sem nenhuma condição de contratação e direitos, fica impossível tratar os processos de conjunção capital-trabalho sem perceber que a marginalização é uma estratégia de inclusão precarizada para fins de ampliação do processo de exploração e que tais condições só possíveis pela sedimentação autorizada devido à naturalização das opressões.

A realidade histórica demonstra que às margens que oprimem e marginalizam sujeitos enquanto colocam a sua força de trabalho no centro das possibilidades de exploração. Se esta não se insere em condições de contratação clássica do capitalismo do século XIX é tão mais pela vivacidade e complexidade daquela estrutura se assumir formas diversas de promover exploração, do que uma aleatoriedade ou processo diminuto e circunstancial.

A alienação e suas diferentes formas realização, o reforçamento e potencialização dos valores desumanizados e a materialização de condições marginais para determinados tipos humanos não retiraram esses do processo produtivo do capital, ao contrário, os colocaram como peças centrais de condições de exploração intensificada pela rebaixamento de suas identidades e, além disso, cumpriram também um papel no campo restrito da reprodução social, assumindo em seus corpos, culturas, espaços o espectro de oposição ao ethos burguês, o arquétipo mobilizador das políticas do Estado para mistificação normatizadora e violenta frente à questão social, envolta de processos de criminalização, patologização, moralização enquanto encobria a essência capital-trabalho.

IV. A expropriação como nexos da unidade exploração-opressão: uma ênfase metodológica no racismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É sabido que no amadurecimento do capitalismo e em seu processo de mundialização, a transmutação imperialista e monopolista caminhou historicamente com a formalização da liberdade pós-escravidão nos territórios colonizados que, depois de cumprido o seu papel na fase colonial, impulsiona um fator econômico de fôlego para a lei geral de acumulação capitalista, ao desenvolver o aspecto quantitativo do exército industrial de reserva, garantindo as possibilidades de diminuição relativa no investimento de capital variável dentro da composição orgânica do capital, posto a oferta de trabalho garantir tal condição.

Na mesma esteira, a subjetividade jurídica também conduz a individualização da responsabilidade para reprodução da vida, determinando aos sujeitos a busca de toda e qualquer forma de trabalho para a garantia de acesso à parte da produção socialmente desenvolvida.

O escoamento bárbaro de uma parcela do exército industrial de reserva na particularidade capitalista de territórios colonizados assume a explícita preferência pela descartabilidade de pretos, indígenas, migrantes regionais, absorvendo em primeira instância sujeitos oriundos do mundo capitalista amadurecido e identificados em sua subjetivação dentro do ethos burguês.

Sobre a expropriação, Fontes (2009, p.1) nos diz que:

As expropriações contemporâneas correspondem à manutenção e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova – o imperialismo multinacional – apresentam também aspectos originais. Os novos processos são homólogos aos momentos formadores do capitalismo, mas não idênticos.

A autora demonstra a presentificação desta categoria e sua vitalidade na lógica do capital-imperialismo. Sob essa constatação, os processos da unidade exploração-opressão ganham uma determinação ainda mais importante no desenvolvimento das condições de vida dos sujeitos sobreviventes na socialidade do capitalismo atual. Tal fundamento, inspirado nos estudos da teoria marxista da dependência, mas, ao nosso ver, amadurecidos de rigor teórico, sublinham com maior exatidão o escalonamento territorial, étnico-racial, de gênero/sexo e sexualidade da mercadoria força de trabalho.

A questão ideológica do embranquecimento não foi somente uma política cultural endógena para o desenvolvimento do capitalismo dos territórios colonizados, mas a realização particular de aspectos da reprodução social alienada da dimensão imperialista como fase superior do capitalismo. A ampliação do mercado, a recomposição do exército industrial de reserva



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

européu, as políticas do Estado, a defesa de classe nas práxis científicas, filosóficas e políticas adensam as camadas de valores alienados que tornam a expropriação uma dinâmica comum da história brasileira.

O reforçamento das opressões ganha força em todos os aspectos da reprodução social. O ethos historicamente construído na unidade exploração-opressão tem o indivíduo da burguesia clássica e seus valores abstratos como modelo normalizador, normatizador, moral e compulsório de direção ética, estética, política e científica. Sobre a herança ideo-científica do processo racista, Moura (1994) provoca:

Como se vê, essa antropológico-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994)

Os complexos de reprodução social promoveram o reforço do embranquecimento numa busca pelo reflexo do ethos burguês como valor universal, desenvolvendo materialmente o aprofundamento da unidade exploração-opressão no mundo do trabalho e nas práxis da reprodução. Este foi processo que permitiu, projetou e realizou marginalização, criminalização, patologização e invisibilidade de práticas, culturas e identidades.

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. (FANON, 2010, p. 56).

A expropriação da diversidade ocorre na dissolução de sua base material, no desnudamento da organicidade do ser social e seu mergulho no fundamento alienado que objetiva violentamente a formação capitalista e sua centralidade na exploração, enquanto subjetiva o arquétipo do tipo ideal humano: o ser burguês, europeu, branco, cis, heterossexual, familista, monogâmico, adulto, produtivo, judaico-cristão, liberal e defensor da razão formal-abstrata. O pilar ideológico que desenvolve o indivíduo simbólico nucleador de seu ethos expressa alegoricamente a complexidade do conjunto de ideias, práxis e complexos que constituem o processamento de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mediações para manutenção da lógica do capital dentro de sua reprodução tão dinâmica, contraditória e tensionada.

A constatação da expropriação não somente nos alicerces primários do capitalismo, mas como conteúdo permanente de suas paredes maquiadas pela subjetividade jurídica, pela individualização da questão social, pelas circunstâncias das particularidades regionais de condições de vida melhor para uma parcela específica de trabalhadores por questão de identidade e território (como em parte da Europa dos anos 1950-1970) e, por fim, pela construção ideológica de naturalização das opressões concretiza a unidade exploração-opressão num nexo de mediação superior na evidência da unidade produção-reprodução que realiza o capitalismo contemporâneo. Fontes destaca que:

A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se sobre a própria genética humana (FONTES, 2010, p. 203).

Os debates sobre expropriação de direitos evidenciam esta precisão analítica em dois sentidos, primeiro, ao aprofundar as reflexões sobre a perda de direitos na atual conjuntura, identificando algo mais preciso do que uma simples retirada formal de garantias e precisando esse fenômeno como construção estratégica da ordem do capital em seu atual estágio, ampliando as possibilidades de exploração, de disputa e sequestro do fundo público e de dilapidação da superpopulação oriunda das consequências da lei geral de acumulação capitalista.

O segundo fator é ainda mais importante para nossa análise posto que os estudos que particularizam os processos de expropriação de direitos encontram os sujeitos marcados pelas opressões históricas como os principais atingidos pela jornada destrutiva da ordem sociometabólica do capital em seu âmbito político.

Boschetti e Behring (2021) descortinando os sujeitos inseridos na marca de 12,6 milhões de desempregados(as) no Brasil o início da pandemia de covid-19, as autoras retomam dados estatísticos que demarcam o reforço conjuntural na expropriação entre os sujeitos que vivem o caráter mais agressivo da unidade exploração-opressão:

Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as). Entre os(as) desempregados(as), 64,8% são pretos e pardos, conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto os(as) que são brancos(as) correspondem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também são maioria entre a população sem emprego —53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens. O nível da ocupação dos homens foi de 65%, enquanto o das mulheres foi de 46,2% (IBGE, 2019). Assim, as mulheres negras compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários, o que revela a natureza estruturalmente racista e patriarcal do capitalismo brasileiro (Almeida, 2018). (2021, p.74)

As expropriações contemporâneas apontam sua agressividade para as camadas historicamente mais atingidas no complexo da exploração-opressão, confirmando que os processos históricos que sedimentam a carga ideológica da alienação impulsionam as possibilidades de agudização das desigualdades para determinados sujeitos sociais marcados por opressões históricas.

Na condição contemporânea da expropriação de direitos, cada processo de realização do projeto ultraliberal atravessa a vida de explorados e oprimidos, diminuindo suas alternativas, sob a atuação deliberada do estado em transformação de uma parte desta função social reprodutiva em mercadorias e, na transferência do fundo público diretamente para o capital, onde, a multiplicidade de formas de aprofundamento das desigualdades se impõem aos sujeitos oprimidos no interior da classe trabalhadora com grau de maior intensidade e com a arma ideológica do moralismo conservador como recurso especial.

Diretamente no mundo do trabalho vivenciando a desvalorização salarial e os postos de trabalho mais precarizados, cotidianamente em suas relações interpessoais de reafirmação desumanizada em processos de preconceitos, discriminação e violências diversas e, por fim, na atuação do Estado, confirmando os processos de subalternação, agindo ativamente em sua função de manutenção da ordem, como já citamos no aparelho repressivo, por exemplo.

O complexo estatal atua também na anulação dos sujeitos oprimidos, impulsionando a precarização, justificando políticas residuais e fragmentadas, naturalizando a lógica seletiva para os direitos cada dia mais escassos, produzindo a concorrência entre os explorados e oprimidos enquanto hipertrofia a carga financeira para os interesses especulativos, desenvolvendo a ampliação do manejo político diretamente orientado para o mais valor explorado na produção, agora potencializado monetariamente no fundo público como combustível do capital financeiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O fenômeno contínuo, contemporâneo e complexo de expropriação se realiza na ampliação de massas de trabalhadores/as em condições cada vez mais distantes de galgar resistência ao processo de precarização das condições de vida, ampliando assim, as possibilidades de aprofundamento do mais valor relativo e absoluto. Portanto, o processo potencializa a exploração da força de trabalho, ao passo que também aprofunda a dinâmica das opressões e seus rebatimentos no interior da classe explorada, amplificando tais condições entre sujeitos distintos, diversificando a massa populacional de reserva como uma mercadoria com distintos valores de troca, a saber, pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução onde, a depender dos seus corpos, identidades, territórios, esta dimensão social eleva ou rebaixa sua carga valorativa e, portanto, a sua precificação salarial e sua relevância, visibilidade e possibilidade de permanecer existindo.

Não menos importante, a constatação da expropriação de direitos e sua concentração em mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+’s e imigrantes dos países dependentes são condições que resplandecem o complexo alienado da exploração-opressão onde predominantemente se concentra a violência mais explícita sobre a classe trabalhadora.

Dentro da classe explorada, o capital desfila sua desumanização pela expropriação continuada diante de sujeitos particulares sob um reforço que só existe pela permissão social de dominação, apropriação, coisificação e hierarquização de segmentos e de indivíduos marcados pela autorização alienada sobre seus corpos, culturas, identidades e representações. Mais que uma funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com exploração no contexto da expropriação como um elemento constitutivo de sua substância alienada, portanto violenta, pois uma relação desumanizada.

Por tudo isso, as “expropriações secundárias” no campo dos direitos, isto é, àquelas que atingem as mediações de segunda ordem buscam confiscar a vida da classe explorada em suas mediações de segunda ordem, distanciam a classe trabalhadora do acesso da riqueza socialmente produzida, atingindo materialmente distintos sujeitos de sua composição em níveis de intensidade desiguais pelas dimensões socialmente construídas na confirmação das expropriações realizadas no passado e no presente sobre identidades periféricas ao modelo burguês de existir.

Mais uma vez se confirma que, se em termos abstratos a ideologia liberal orienta a possibilidade de superação de desigualdades fora das dimensões formais do mundo do trabalho,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

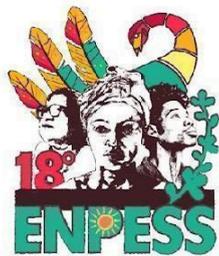
a realidade material impõe à dinâmica contraditória de ampliação geral do capital, suas crises inerentes, a necessidade de ampliação das massas trabalhadoras e os problemas circunscritos da elevação da superpopulação absoluta e relativa, sintetizando a precisão estrutural da dinâmica das opressões constitutivas à reprodução da exploração em sua dimensão ontológica.

A expropriação esteve presente na formação originária colonizadora e, também, em sua vivacidade presente nos tempos de destrutividade mundializada. A retomada irônica e sarcástica de Marx sobre a ideia de “acumulação primitiva” que critica a camada ideológica de falseamento meritocrático do suposto amadurecimento da transição capitalista pela capacidade de poupança, circulação, acumulação e desenvolvimento transitório da fase mercantilista da nascente burguesia, encobrando as práticas violentas, o uso do Estado e a apropriação forçada revela uma dimensão permanente do capital-imperialismo no processo de aprofundamento alienado não somente na direção imediata da apartação força de trabalho e propriedade dos meios de produção, mas nas práxis cotidianas fundamentais para sua relação no estágio de reprodução ampliada do capital.

Como forma alienada, a dilapidação de identidades substantivas é um recurso fundamental para o processo continuado de expropriação. O braço direto da violência cruza sua força com o desmembramento valorativo que questiona a existência e a pertinência dos sujeitos reais para garantir o sucesso da mão invisível do mercado. A destrutividade como um recurso contraditório da produção capitalista compõe a expropriação de uma dimensão ideológica para invisibilizar tudo que possa obstaculizar o lucro.

A desigualdade materialmente estabelecida pelo ato expropriador e legalmente prescrita precisa pressupor uma justificativa racional para a situação desigual que será estabelecida. Para tanto, a expropriação capitalista do espaço faz uso de sua dimensão linguístico-discursiva. Essa dimensão foi investigada recentemente por Backhouse (2015). Ao estudar a expropriação capitalista das áreas verdes (grüne Landnahme) no estado do Pará, a autora mostra que a introdução da figura retórica áreas degradadas (degradierte Flächen) em legislações de proteção ambiental foi essencial para justificar a transferência da propriedade rural de pequenos proprietários para grandes empresas. Trata-se aqui de um processo simbólico, em que o grupo social e o espaço a serem expropriados são retórica e discursivamente estabelecidos como um Outro prejudicado, inferiorizado e atrasado. Nesse processo, o discurso jurídico não é o único, mas um fator fundamental na concepção desse Outro. (GONÇALVES, 2017 p.1055).

A alienação, isto é, a desumanização do outro, colocado como não humano, anti-humano ou sub-humano atravessa o apagamento do seu presente e do seu passado, utiliza de estereótipos, da reprodução de percepções animalizadas, da concepção do atraso diante da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marcha civilizatória do capital. Revitalizar o ethos colonizador sob o véu do capital-imperialismo é um instrumento fundamental da alienação para o reforço ideológico do projeto burguês contemporâneo.

O ideário do progresso finca seus pés na alienação, impulsionando a coisificação das identidades, promovendo a desigualdade, a violência, a ausência de direitos em nome da ampliação da exploração. Esvaziados de sua história, de sua cultura e do reconhecimento social enquanto ser humano com particularidades, resta a fragilidade estrutural que oportuniza a dilapidação de territórios, de seus povos, de seus corpos.

A abstração liberal falseia o presente e o passado quando os alienam em suas mediações, jogando a desumanização histórica como um processo superado e encobrendo as expressões do presente com novas formas de manutenção da desumanização.

O revisionismo histórico é um recurso ideológico da expropriação. O apagamento da resistência das particularidades no presente cumpre uma tarefa de afirmação da universalidade burguesa para confirmar a ampliação destrutiva do capital. Cada camada de fragilização da diversidade, organicidade e vivacidade dos sujeitos humanos, realiza o processo desumanizado que fragmenta e questiona construções históricas para impulsionar as possibilidades de apropriação do capital.

Considerações finais

A reprodução social do capital se agiganta em sua unidade exploração-opressão enquanto diminui o ser social em sua condição mais desumanizada. Alia o ontem e o hoje na expropriação continuada, promovendo as condições de perpetuação da exploração enquanto realiza tantas expressões de violência e desigualdades. A natureza social da desigualdade suprassume a existência humana e limita sua individualidade em alternativas posicionadas em sua condição na unidade exploração-opressão.

Refletindo sobre a produção e reprodução e seus fundamentos na historicidade e na sociabilidade complexificada pelo desenvolvimento das práxis, a categoria da reprodução social como um complexo de complexos, aglutina os elementos fundamentais de produção material e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

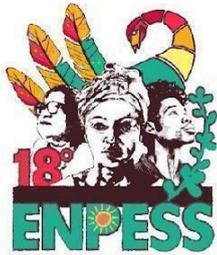
construção organizativa desta, dando sentido e direção social na manutenção das determinações vigentes, abarcando desde instituições sociais até chegar ao sentido das relações cotidianas.

A análise do processo histórico de expropriação só se realiza em sua completude quando se observa que, além da retirada dos meios de produção, a reprodução social ampliada antagoniza as classes sociais fundamentais enquanto subjetiva formas de alienação que hipertrofiaram o ethos do “tipo humano burguês”, ou seja, a hegemonia material, social, política, moral, ideológica e estética do detentor dos meios de produção, homem, branco, cis, heterossexual, europeu, judaico-cristão, liberal, defensor da razão formal-abstrata e familista. Tal fator desumaniza sujeitos, identidades, culturas, saberes, formas de vida e toda relação social que esteja distanciada da naturalização da forma mercadoria como fundamento do ser.

No capitalismo maduro há ainda, camadas de desumanização que se aprofundam nesta condição, pois, para os sujeitos oprimidos, a luta por sobrevivência não significa somente a necessidade de vender a sua força de trabalho para garantir seu meio de sobrevivência. Significa também conseguir manter-se vivo para além do mundo do trabalho, proteger seu corpo, sua cultura e identidade que, não somente são apropriados pelo capital, como são rebaixados à uma condição sub-humana e, esta condição alienada, historicamente reforça a naturalização de sua descartabilidade expressa nas violências estruturais, institucionais e cotidianas.

Referências Bibliográficas

- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 23, p. 34-58, jan./jul., 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf Acesso em: 25 fev. 2022.
- BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **R.Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo: São Paulo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010.

FONTES, Virgínia. O BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FEDERICI, SILVIA. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante editora, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1028-1082. DOI: 10.12957/dep.2017.28770| ISSN: 2179-8966

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**. vol. 26 nº.1 São Paulo Jan./Jun 2014

KOLLONTAI, Alekssandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KONDER, L. Os sofrimentos do homem burguês. São Paulo: SENAC, 2000

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social volume 14.** ; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Silvana M. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argum.**, (Vitória), v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem**: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. 2022. 408 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.